

A Lógica da Situação da Economia

Celia Lessa Kerstenetzky

*Professora Titular da Faculdade de Economia da UFF e
Pesquisadora do CNPq, Brasil*

Resumo

O objetivo deste artigo é, em primeiro lugar, identificar o ingrediente metodológico que permite uma integração da explicação econômica e da sociológica no continente mais abrangente das ciências sociais. Este ingrediente é a noção de *lógica situacional*; ela é elaborada como uma particular aplicação do conceito de *Verstehen*, da sociologia interpretativa. Será argumentado, em segundo lugar, que esta noção pode também oferecer o princípio de racionalidade econômica abrangente *dentro do qual* a concepção de racionalidade como maximização consistente de uma função objetivo é apenas um caso particular. Esta última conclusão contrasta com a proposição de Gary Becker de que a escolha racional é o princípio de racionalidade abrangente que confere inteligibilidade à ação social humana.

Palavras-chave: Sociologia, Lógica Situacional, Escolha Racional, Princípio de Racionalidade

Classificação JEL: B41

Abstract

The purpose of this paper is twofold: i) to identify the common methodological trait that allows the integration of the economical and the sociological explanations within the broader domain of the social sciences, namely, the concept of situational logic; this concept is worked out in connection with the notion of *Verstehen*; ii) to argue that this concept is also able to provide the broad economic rationality principle within which the conception of rationality as maximization of a consistent preference function is but a particular case. The latter proposition contrasts with Gary Becker's claim that "rational choice" is the enveloping rationality principle in the social sciences.

Keywords: Economics, Sociology, Situational Logic, Rational Choice, Rationality Principle

JEL classification: B41

* Recebido em janeiro de 2007, aprovado em junho de 2007. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXXIV Encontro Nacional da Anpec, Salvador, dezembro de 2006, na sessão sobre Metodologia da Economia. Agradeço os comentários de Ernesto Screpanti, da Università di Siena,

1. Introdução

É comum a percepção de que a Economia e a Sociologia provêm duas representações distintas do mundo social, a primeira enfatizando a racionalidade dos indivíduos, a segunda, as normas sociais no condicionamento e, em alguns casos, na determinação da ação social desses indivíduos. Contudo, há alguma dificuldade em se encaixar a sociologia de Max Weber nessa classificação, assim como em enquadrar a economia de Marx ou de Keynes. O objetivo deste artigo não é, como pareceria à primeira vista, mostrar o quanto de sociologia há na economia e vice-versa – no sentido acima desses termos –, mas é, em primeiro lugar, identificar o ingrediente metodológico comum que permite a integração da explicação econômica e da sociológica no continente mais abrangente das ciências sociais. Este ingrediente é a noção de *lógica situacional*, desenvolvida originalmente por Karl Popper (o mais aclamado metodólogo da Economia) em sintonia com e mesmo sob a influência (da Sociologia) de Max Weber. Será argumentado, em segundo lugar, que esta noção, para além de fornecer um campo analítico comum para a Economia e a Sociologia, pode também oferecer o princípio de racionalidade econômica abrangente dentro do qual a concepção de racionalidade como maximização consistente de uma função objetivo é apenas um caso particular. Esclarece-se assim o título deste artigo “A lógica da situação da Economia” no nosso interesse em situar a explicação econômica em relação à sociológica e frente a si mesma. Obviamente que a pretensão não é a de esgotar toda a explicação possível em ciências sociais em termos de lógica da situação – acreditamos que esse é um projeto impossível e, portanto, intelectualmente desinteressante.

Para tanto, o artigo está organizado sob a forma de cinco teses, progressivamente reconhecendo os limites do conhecimento humano e o pluralismo metodológico como seu corolário. Na Seção 2, é brevemente apresentada a solução de Popper para a célebre pergunta de Kant sobre “o que podemos conhecer?”. A rejeição tanto ao racionalismo exacerbado quanto ao positivismo faz Popper advogar uma forma de falibilismo, o racionalismo crítico, comprometido, contudo, com a busca da verdade. *A primeira tese, baseada em Popper, afirma, pois, que o conhecimento humano é falível, porém comprometido com a busca da verdade.* Na Seção 3, procura-se entender o que é possível conhecer nas ciências sociais: se há um problema específico de conhecimento neste domínio, em acréscimo à limitação genérica do conhecimento humano, e se há uma solução igualmente específica. Nessa seção é apresentada a noção de *lógica situacional*. *A segunda tese, portanto, postula que há um problema específico de conhecimento no mundo social e que*

Vitor Neves, da Universidade de Coimbra, e de um parecerista anônimo desta revista. Dedico o artigo à memória de Antonio Maria da Silveira com quem infelizmente não tive a chance de discutir este trabalho; soube indiretamente, porém, que o apreciou a ponto de indicá-lo para esta edição da *Selecta*.

E-mail addresses: celiakersten@terra.com.br e celiakersten@gmail.com.

a solução passa pela identificação da “lógica da situação”. Na Seção 4, o esforço é no sentido de discernir a existência de mais de uma lógica situacional nas ciências sociais, e de situar a Economia frente à Sociologia a esse respeito. *terceira tese propõe, pois, a existência de múltiplas lógicas situacionais.* Na Seção 5, discutem-se várias lógicas situacionais. *A quarta tese afirma, pois, a existência de múltiplas lógicas situacionais em Economia.* Seção 6, duas formas de integração entre Economia e Sociologia são rapidamente apresentadas e comparadas: a abordagem da escolha racional de Gary Becker, que remonta a Lionel Robbins, e a sugerida pela abordagem da lógica situacional. *A quinta tese avança uma agenda de integração metodológica nas ciências sociais capitaneada pela lógica situacional, dentro da qual a escolha racional tem um papel limitado.* A Seção 7 conclui o artigo.

2. O Que Podemos Conhecer?

No clássico ensaio de 1960 sobre “As origens do conhecimento e da ignorância”, Popper argumenta que na validação do conhecimento que possuímos mais importante do que a busca da origem desse conhecimento são os procedimentos adotados.

No desenvolvimento dessa idéia, Popper interpreta duas tradições filosóficas centrais na construção do pensamento científico moderno – o racionalismo cartesiano e o empirismo baconiano – como propostas de validação do conhecimento humano baseadas em duas fontes de autoridade filosófica, e então político-ideológica, a saber, respectivamente, a razão ou intuição e a empiria.

Contra essas certezas, epistemologicamente otimistas, Popper assevera a falibilidade universal do conhecimento humano – erramos com frequência, sozinhos ou coletivamente, nossas teorias e evidências são frequentemente falsas, a verdade nunca é auto-evidente. A presunção oposta, de um conhecimento *certo*, portanto, seja do racionalista seja do empirista, além de filosoficamente mal fundada, uma vez que parte da doutrina patentemente falsa da verdade evidente, é também politicamente perigosa, pois implica que sendo a verdade evidente, só não a vê quem não quer ou não pode ver, porque iludido por preconceitos e superstições, e nesses casos ela precisa ser mostrada por quem é competente para vê-la. Em outras palavras, ter idéias claras e distintas, como querem os racionalistas, ou, alternativamente, saber ler corretamente o livro da natureza, como desejariam os empiristas, são qualidades que poucos possuem – a verdade precisa ser evidenciada pelas interpretações e afirmações, e re-interpretações e reafirmações, de autoridades competentes.

À visão autoritária da verdade implicada por essas tradições, Popper opõe sua perspectiva epistemologicamente mais modesta, o racionalismo crítico. Privilegiando os *procedimentos* por meio dos quais o conhecimento é atingido e a verdade é buscada (ainda que jamais encontrada), Popper descarta a *origem* do conhecimento como forma de sua legitimação definitiva – com isso combate ao

mesmo tempo as arrogâncias positivista, que afirma estar a verdade nos fatos, e racionalista, que afirma estar a verdade na razão, isto é, na dúvida sistemática que pressupõe um fundamento último. O procedimento principal sugerido por Popper consiste em, tendo como ponto de partida o reconhecimento da precariedade de qualquer imputável origem do conhecimento científico – seja este pretensamente mais próximo aos fatos, seja, alternativamente, mais especulativo –, submeter toda forma de conhecimento recebido à análise crítica. O conhecimento genuíno procede por conjecturas e sucessivas refutações, não há outro meio. Fatos e reflexão – dúvida e contra-exemplos – são recrutados para submeter proposições ao *escrutínio crítico*, e não, principalmente, para aduzir provas e corroboração cabal. Este parece ser o sentido mais profundo de sua afirmação de que o conhecimento científico é o conhecimento falsificável, sem imunidade específica à crítica.¹

A questão da “validade” do conhecimento é, pois, distinta da questão de sua “origem”: “não testamos a validade de uma assertiva ou de uma informação procurando identificar sua fonte ou sua origem e sim, de forma muito mais direta, examinando criticamente o que foi afirmado – o próprio conteúdo da assertiva.” (Popper, 1960:53) E, ainda, “nosso conhecimento não passa de opinião, conjectura – *doxa*, não *episteme* [conhecimento certo]” (idem: 54).

Essa observação, de que nosso conhecimento procede por conjecturas, tem implicações também para o progresso daquilo que ignoramos: “Toda solução dada a um problema levanta novos problemas”, “quanto mais aprendemos sobre o mundo, quanto mais profundo nosso conhecimento, mais específico, consciente e articulado será nosso conhecimento do que ignoramos – o conhecimento de nossa ignorância” (idem: 57). A ignorância cresce com o conhecimento: quanto mais conhecemos maior o número de problemas a responder. Essa visão certamente se opõe à tradição racionalista-empirista que entende o progresso da ciência como a progressiva eliminação da ignorância.

3. O Que Podemos Conhecer sobre o Mundo Social?

A resposta à questão “o que podemos conhecer?” é, portanto, “pouco”. Não no sentido da *quantidade* do conhecimento, mas de seu *material*, limitado a conjecturas que por ora tenham resistido ao exame crítico. Essa limitação, para Popper, diz respeito a todo o conhecimento humano, seja do mundo natural seja do mundo social; é uma limitação que existe “do lado de cá”, de nossa capacidade de conhecer, e não “do lado de lá”, da natureza do objeto que queremos conhecer.

¹ Fora desse contexto, o falsificacionismo pode ele mesmo parecer uma metodologia autoritária, que ratifica a cientificidade do conhecimento que não foi “falsificado” e elimina qualquer possível cientificidade de teorias que foram uma vez falsificadas. Esta última interpretação privilegia o que chamarei de “falsificacionismo de resultados” em detrimento do “falsificacionismo procedimental”, posição que considero mais coerente com a filosofia popperiana.

A esse respeito é interessante o contraste entre as posições de Hayek e Popper, dois filósofos que, sob outros aspectos de filosofia da ciência, são tão afinados. Hayek, *The Counter-Revolution of Science (1942-44)*, reage agudamente à naturalização do objeto social, muito em voga nas ciências sociais de seu tempo (mas não apenas), e que implicaria no desconhecimento do fato de que no mundo social, ao contrário do mundo natural, o homem estuda a si mesmo em suas relações com os outros homens. Na medida em que as relações entre os homens são mediadas por expectativas e conjecturas, no mundo social, o “fato” sobre o qual os cientistas sociais devem se debruçar são as opiniões (material de que são feitas expectativas e conjecturas), enquanto no mundo natural, as opiniões são apenas aproximações grosseiras do objeto de exame que devem ser progressivamente eliminadas no processo de conhecimento da intimidade físico-químico-biológica do objeto, que nos torna capazes entre outras proezas de diferenciar vários tipos de aparentemente idênticos “pós brancos”, em seu bem humorado exemplo. Enquanto as ciências naturais procedem via eliminação das opiniões, as sociais têm de partir das opiniões, pois são elas os verdadeiros “fatos”. Nas palavras de Hayek:

The question is here not how far man's picture of the external world fits the facts, but how by his actions, determined by the views and concepts he possesses, man builds up another world of which the individual becomes a part. And by “the views and concepts people hold” we do not mean merely their knowledge of external world. We mean all they know and believe about themselves, about other people, and about the external world, in short everything which determines their actions, including science itself. (Hayek, 1942-44:24)

Este posicionamento de Hayek teve grande importância na resistência à explicação comportamentalista, que, com sua concepção naturalista dos fatos sociais, dominava as ciências sociais até as primeiras décadas do século XX. Foi importante também, sobretudo na luta de Hayek contra o “cientismo”, afecção que acometia os cientistas sociais e que consistia em tratar os fatos sociais como se fossem naturais e sujeitos a leis de causalidade análogas, e cujas implicações segundo ele mais graves estariam na crença irrestrita na possibilidade de uma engenharia social total.² Na quase-controvérsia que se estabelece entre Hayek e Popper, o primeiro defendendo um dualismo metodológico, o segundo, o monismo metodológico, Popper observa que a limitação em termos da possibilidade de uma completa objetividade do conhecimento atingiria não apenas as ciências sociais, mas também as ciências naturais – ou seja, a limitação, como dito acima, estaria do lado de cá, de nossa capacidade de conhecer, e não do lado de lá, da natureza do objeto a ser conhecido. Basicamente, Popper argumenta que, em qualquer caso, o conhecimento humano só pode proceder por “conjecturas e refutações”, a partir

² Sobre a inconsistência da posição de Hayek de, por um lado, desabonar a intervenção pública por conta do conhecimento social limitado e, por outro, defender ele próprio várias intervenções públicas “orientadas para o mercado”, refira-se a Kerstenetzky (2000, 2004).

do terreno instável fornecido pelo conhecimento recebido e animado pelo desejo de “solucionar problemas”.

Em que pese sua visão de que há uma metodologia comum unindo os domínios científicos, é fecunda a contribuição específica de Popper sobre o conhecimento do mundo social, tema que de resto desenvolve em vários escritos. A principal contribuição analítica aparece no peculiar desenvolvimento do conceito de *Verstehen* (compreensão), da sociologia interpretativa weberiana, a fim de elaborar a idéia de *explicação* nas ciências sociais.³

Vale a pena explicitar a sintonia entre Hayek e Popper no entendimento da especificidade do “fato social” e do auxílio inestimável da noção de compreensão como *proxy* da idéia de explicação no domínio específico do mundo social. Ambos concordam que há algo peculiar a estes fatos que torna sua explicação igualmente peculiar, não sendo esta mais possível em termos de simples causalidade ou de mecanismos naturais.⁴ Igualmente coincidente é a rejeição à sugestão de que o fato social pode ser de algum modo naturalizado como “fato histórico” indisputável, ou descrição objetiva de um conjunto de eventos envolvendo seres humanos em um determinado momento ou período de tempo. O fato histórico para eles é fato, não *dado*, vale dizer, é construído por *conjecturas* (nas palavras de Popper), por *reconstrução racional* (nas palavras de Hayek),⁵ em outras palavras ainda, pela imposição de um padrão mental que selecione seus elementos constitutivos e os organize e torne inteligíveis.

Segundo Hayek, o fato social refere-se à ação humana e como tal contém quatro ingredientes: um *sujeito*, um *propósito*, um *meio* ou conjunto de meios que o sujeito julga, apoiado em opiniões, adequado ao propósito que, igualmente baseado em *opiniões*, julga meritório. Para entender o fato social, o cientista social precisa “compreendê-lo”: imputar uma intenção ao agente e julgar sobre a adequação dos meios e das crenças para a realização daquela intenção imputada. Este processo é possível na medida em que, sendo também um sujeito social, o cientista social pode por *analogia* com a sua própria conduta e suas crenças entender o que os outros estão fazendo ou pretendendo fazer. Naturalmente, a possibilidade de compreensão por empatia ou simpatia é uma questão de grau, sendo tanto mais intensa quanto maior for a semelhança em termos de socialização entre o cientista e aqueles cuja ação social ele observa.

É importante, contudo, ressaltar que se Hayek avança na direção weberiana de supor que o conhecimento social é basicamente compreensão e, pois, *interpretação* da ação social, Popper introduz uma ferramenta analítica de grande fertilidade com o conceito de *lógica da situação*. Este conceito organiza o elemento contextual que se afigura pouco desenvolvido ou talvez prolixamente desenvolvido em Hayek, presente sob vestes várias como “explicação de

³ Sobre referência direta à “*verstehende sociologie*” (sociologia da compreensão objetiva), ver Popper 1978:31. Sobre referência a Weber, ver Popper 1971:97.

⁴ Discordam, não obstante, quanto à possibilidade de acesso à lógica dos fatos naturais, relativamente mais acessíveis para Hayek, mas essa discordância aqui não é importante.

⁵ Refira-se ao ensaio “Scientism and the study of society”, em Hayek 1942-44.

princípio”, explicação por padrões, ou por tipos ideais.⁶ A lógica da situação é um conceito ao mesmo tempo conciso e abrangente, e por isso interessante.

Há várias possibilidades de uso do termo “compreensão” na sociologia. Segundo Martin (2000), nos círculos acadêmicos germânicos do final do século XIX, compreensão significava entender os fenômenos sociais “a partir de dentro”, contudo, essencialmente revelava, por parte dos adeptos, a preferência por uma investigação qualitativa antes que quantitativa, sendo contraposta pelos positivistas “que enfatizavam o conhecimento externo, experimental e quantitativo” (p. 2).⁷ Popper, em particular, adere à interpretação objetivista weberiana, e não à subjetivista de Collingwood.⁸ Na avaliação de Martin (2000), a que subscrevemos, “explicações de lógica situacional são explicações situadas em contextos institucionais em termos de crenças, objetivos e racionalidade dos atores, e conseqüências não pretendidas de suas ações. Este tipo de explicação é de fato um tipo de explicação ‘Verstehen’” (p. 119).⁹

Em linha, pois, com a sociologia interpretativa da compreensão, Popper propõe que o método de explicação no mundo social seja o método da lógica situacional, que “consiste em analisar suficientemente a situação dos homens ativos para explicar a ação com a ajuda da situação”. Compreender significa “considerar que a ação foi objetivamente apropriada à situação” (Popper, 1978:31). A explicação de um evento deveria então proceder em três etapas:

- (i) formulação de um modelo situacional (a situação) e seu princípio de racionalidade (como é racional agir na situação, ou lógica da situação);
- (ii) a identificação de condições iniciais; e
- (iii) o *explicandum* – ou seja, a explicação do evento em termos do modelo e do princípio de racionalidade.

A via de explicação situacional (objetiva) contrasta com a via psicológica (subjetiva): “a situação é analisada o bastante para que os elementos que parecem inicialmente psicológicos (como desejos, motivos, lembranças e associações) sejam transformados em elementos da situação. O homem com determinados desejos, portanto, torna-se um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que persegue certos *alvos*, objetivos; e um homem com determinadas lembranças ou associações torna-se um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que é equipado, objetivamente, com outras teorias ou com certas informações.” (31/32) Ainda nas palavras de Popper, “o método da análise situacional é, certamente, um método

⁶ Refira-se a Hayek 1942-44.

⁷ Minha tradução da passagem: “who stressed external, experimental and quantitative knowledge”. (Martin (2000), p. 2)

⁸ Popper em *The Mythem The Myth of the Framework* afirma: “situational analysis is a better theory of historical understanding than Collingwood’s re-enactment theory. It is not confined, as is Collingwood’s theory, to the re-enactment of conscious thought processes but makes allowance for the reconstruction of problem situations that were incompletely understood by the agent.” (149)

⁹ Minha tradução da seguinte afirmação: “situational logic explanations are explanations set in institutional contexts in terms of beliefs, aims, and rationality of the actors, and the unintended consequences of their actions. This sort of explanation is, in fact, one type of Verstehen explanation.” (p. 119).

individualista e, contudo, não é certamente um método psicológico, pois exclui, em princípio, todos os elementos psicológicos e os substitui por elementos objetivos situacionais” (32).

Inicialmente e genericamente, Popper define “situação” em termos de determinados propósitos e de condições de conhecimento, sua lógica sendo a orientação da ação levando em conta os objetivos e o conhecimento dos atores envolvidos. Mais adiante, encapsula propósitos e conhecimento em um contexto de “instituições”. Parte do mundo em que agimos é física, parte é social. A parte social é permeada por instituições sociais que “determinam o peculiar caráter social de nosso meio social. Essas instituições consistem de todas as realidades sociais do mundo social” (33). As instituições sociais caracterizam a situação e indicam uma certa lógica da ação, isto é, como é racional agir naquele meio específico: a lógica do poder, a lógica do mercado, etc. Contudo, Popper nos lembra que a ação é sempre *dos indivíduos*, não das instituições: “As instituições não agem; ao invés, só os indivíduos agem, dentro ou para ou através das instituições. A lógica situacional geral destas ações será a teoria das quase-ações das instituições”. Em outras palavras, a lógica situacional é definida pelas instituições sociais; a teoria social é a articulação dessas lógicas. Além disso, a teoria social pode também ser uma teoria da mudança, isto é, da criação e do desenvolvimento das próprias instituições – apreensão da macro-lógica do mundo social, isto é, das “conseqüências institucionais, planejadas ou não, da ação intencional” (33).

É relevante contrastar a posição de Hayek com a de Popper e então compreender porque Hayek enxergou, mas não “entregou” o conceito de lógica situacional. A hipótese forte é sua aversão a experimentos de engenharia social a que a visão popperiana de lógica situacional poderia trazer suporte. De fato, não há nada muito misterioso a respeito desse conceito, e o apelo explícito ao uso da razão, à revelação (com todas as precauções) de uma lógica, poderia sugerir associações indesejáveis com o “cientismo” – a noção de que se somos capazes de conhecer, somos capazes de controlar e modificar o mundo ao nosso bel-prazer. O contraste com Popper não poderia ser maior a esse respeito. De fato, Popper declara reiteradas vezes sua intenção de pesquisar “o que podemos conhecer no mundo social” por conta de seu igualmente declarado interesse em conhecer as condições de possibilidade da reforma social, da mudança social intencional, “em busca de um mundo melhor”. Não casualmente, pois, ele afirma que a tarefa das ciências sociais é descobrir as dificuldades que obstaculizam a ação social, isto é, elucidar a resistência do mundo social aos nossos esforços de moldá-lo. O que explicaria essa resiliência seria a “situação social” – p. ex., a situação de mercado, a lógica do poder – que estaria caracterizada por um conjunto de instituições mais ou menos específicas. A teoria social seria uma teoria das instituições cujo fim último é alimentar o reformador social com informações sobre as possíveis conseqüências das reformas que ele pretende implementar.¹⁰

¹⁰ Ver Kerstenetzky (2004), a respeito das distintas visões de Hayek e Popper sobre mudança social

A análise situacional é, pois, um processo de reconstrução racional e teórica em que uma determinada situação é demarcada, e sua lógica, articulada. Ela é necessariamente simplificada, esquematizada e, portanto, falsa, mas pode ser uma boa aproximação da verdade. Porém, o foco na situação, nas instituições sociais, é relevante, principalmente para dar conta da distância que freqüentemente existe no mundo social entre aspirações individuais e realizações coletivas. É nessa distância que Popper identifica a realidade do “social”, e compreendê-la é a tarefa principal das ciências sociais. É somente a partir da compreensão da situação que é possível formular um princípio de racionalidade, isto é, formar uma idéia sobre o que é racional – isto é adequado, apropriado – fazer naquele contexto. O princípio da racionalidade emerge como um princípio normativo contextual:

The method of applying a situational logic to the social sciences is not based on any psychological assumption concerning the rationality (or otherwise) of ‘human nature’. On the contrary: when we speak of ‘rational behavior’ or of ‘irrational behavior’ then we mean behavior which is, or which is not, in accordance with the logic of that situation. In fact, the psychological analysis of an action in terms of its (rational or irrational) motives presupposes that we have previously developed some standard of what is to be considered as rational in the situation in question. (Popper (1971), v. 2:97)

O método de análise situacional ensejou uma profícua discussão crítica, que embora não seja o objeto deste artigo, vale a pena ser mencionada até mesmo para clarificar nossa recuperação dessa ferramenta analítica como imbuída pelo desejo de operacionalizá-la mais do que problematizá-la – trata-se de um interesse em sua aplicabilidade mais do que na investigação de sua saúde metodológica. É certo que indiretamente a ilustração de sua utilidade pode assistir à justificativa metodológica, porém não foi este nosso alvo neste artigo. Parte da crítica dirigida à análise situacional nos chega através do próprio Popper em um artigo de 1967, “The Rationality Principle”. Neste artigo, Popper discute aspectos particulares do método da lógica situacional em resposta a objeções comuns, referentes, sobretudo, ao estatuto metodológico da lógica situacional: é ela uma proposição empírica e então passível de falsificação ou um princípio metodológico? Apesar de reafirmar que o princípio da racionalidade é falso (em muitos casos as pessoas não se comportam segundo a lógica da situação), Popper, no entanto, segue não aceitando que este se confine a um princípio metodológico. Caldwell (1991, 1998) e Lagueux (2006) representam duas visões, neste sentido opostas, do ponto de vista da questão da coerência do Popper das ciências sociais (lógica da situação) com o Popper da filosofia da ciência (falsificacionismo).

Não obstante as dificuldades relativas à coerência interna ao edifício filosófico popperiano, chamam a atenção importantes iniciativas no sentido de

planejada e intervenção do Estado. Ver também Hacoen (2002) para as divergências políticas não publicadas entre Hayek e Popper.

recomendar o método da lógica situacional mais do que o falsificacionismo à atenção dos economistas. É pioneiro nessa direção o trabalho de Hands (1985), ao introduzir a lógica situacional na metodologia da economia. Ainda que Hands (1991) observe limites à aplicação da lógica situacional à Economia,¹¹ Hands (1992) descreve a modelização em economia como representação da lógica situacional do agente econômico (indivíduos ou firmas). Caldwell (2004) aprofunda a observação de Hands quanto à plasticidade do conceito de lógica da situação – esta mesma plasticidade que poderia trazer prejuízos ao projeto falsificacionista, no entanto o habilitaria a lidar com uma variedade de problemas econômicos não tão bem comportados quanto os da análise convencional, como os presentes em contextos de informação assimétrica, custos de transação e interação estratégica.

No que se segue, apresentamos a possibilidade de uma flexibilização ulterior:

- (i) o conceito de lógica situacional pode ser utilizado para enraizar o econômico no social (e a explicação econômica na sociológica) – e então esclarecer motivações, restrições e crenças à luz da situação social envoltória à situação econômica particular;
- (ii) o conceito de lógica situacional pode sustentar a tese da existência de múltiplas lógicas situacionais, e então de múltiplas racionalidades (situação-específicas) em Economia.

Ambos os movimentos vão na contramão da agenda de pesquisa da teoria da escolha racional, que pressupõe que as ciências sociais podem ser reduzidas à economia e que a ação econômica admite apenas uma forma de racionalidade: a maximização de uma função objetivo.

4. Lógicas da Situação: Economia e Sociologia

Uma vez que a lógica situacional é apresentada como um conceito sociológico, e mesmo desenvolvida por Popper com o propósito de reivindicar uma autonomia da sociologia em relação à psicologia,¹² como distinguir a Economia da Sociologia? Curiosamente, esta distinção entre Economia e Sociologia não aparece no opúsculo *Lógica das Ciências Sociais*, a palavra *lógica* significativamente constando no singular.

Como vimos, Popper vai desenvolver a noção de lógica situacional a partir do referencial teórico da chamada sociologia da compreensão *objetiva* (*verstehende soziologie*), o *objetiva* aqui para distingui-la de uma interpretação subjetivista, psicológica. Se é verdade que a mente humana está envolvida no processo de compreensão, a própria atividade científica de produção de proposições científicas exige objetividade, isto é, o confronto de hipóteses com sua crítica,

¹¹ Por conta do comportamento agregado de mercado e das conseqüências não intencionais da ação humana. Notar, porém, que o próprio Popper insiste na importância dessas últimas como justificativa para o uso da lógica situacional em ciências sociais. De fato, Jarvie (1964) demonstrara a congruência da análise situacional com as conseqüências não intencionais da ação humana.

¹² Ver Popper (1971), v. 2, capítulo 14.

seja via argumentos seja via a correspondência com os fatos aportados pelo crítico. O objeto de análise é “social” – o meio, formado pelas instituições, onde os indivíduos agem. (Além disso, a objetividade do conhecimento produzido sobre este objeto é obtida “socialmente”, uma vez que resulta de escrutínio intersubjetivo, o que de resto é válido para todo o conhecimento científico.)

Será que a distinção entre Economia e Sociologia estaria na dimensão do “meio”, e, em decorrência, nas lógicas situacionais correspondentes? Por exemplo, o mercado em contraste com outras relações sociais, possuiria lógica situacional peculiar, um princípio de racionalidade específico? Essa possibilidade é explorada por Lagueux (2006) e Kirchgässner (2002). O princípio de racionalidade requereria uma abordagem individualista – a explicação da ação social seria em termos de propósitos individuais e restrições, dentro de contextos diversos, mais “econômicos” ou mais “sociológicos”. Contudo, se esta interpretação individualista não exclui de todo a sociologia, pelo menos exclui a sociologia de cunho holista, que remete as ações individuais às normas sociais. Outra possibilidade seria compreender o princípio de racionalidade como uma *imputação* por parte do cientista social sem necessariamente atribuir uma explícita decisão racional ao agente na situação em que este de fato se encontra. Esclarecendo um pouco mais as duas possibilidades: a primeira é *necessariamente individualista* (ontologicamente individualista) – temos um ator que possui propósitos que deseja realizar e que age em conformidade com a situação (mercado ou outras situações sociais) para atingir os seus propósitos (que podem conter, inclusive, o desejo de se conformar à situação); a segunda, *não necessariamente é individualista* (é apenas metodologicamente individualista) – observamos atores interagindo e imputamos intencionalidade e racionalidade situacional aos atores (porque só conseguimos explicar o que compreendemos) a partir da verificação da conformidade entre suas ações e as regras sociais prevalecentes naquela situação.¹³

Vamos desenvolver esta segunda possibilidade, isto é, a possibilidade de aplicar a metodologia da lógica situacional sem que esteja necessariamente implícita uma ontologia individualista.

Em uma primeira aproximação, a lógica situacional pressupõe a existência de uma situação bem definida, sendo parte deste quadro os propósitos e o conhecimento do ator. Por um exercício metódico de compreensão, o cientista social pode se colocar no lugar do ator e julgar da conformidade de seu comportamento com a situação observada. Em uma segunda aproximação, a lógica situacional pode ser ainda útil para entender como o ator em tal situação

¹³ A distinção entre ontologia individualista e metodologia individualista é relevante. A primeira se refere à *substância* ou realidade do mundo social: a realidade social é feita pelos indivíduos, sua existência é prévia aos agregados sociais. A segunda se refere ao *método* de investigação da realidade, que explica o comportamento e a estrutura social em termos do comportamento dos indivíduos e suas interações. Agradeço a Ernesto Screpanti por me auxiliar no esclarecimento desse ponto.

forma propósitos e adquire um certo tipo de conhecimento de modo a situá-lo em um contexto específico e praticamente aprisioná-lo em uma lógica, da qual pode libertar-se apenas sob pena de irracionalidade. Chamemos à primeira situação de (s_1) e à segunda de meta-situação (S_1). Podemos dizer que s_1 encontra-se encapsulada em S_1 .

Pensemos em um exemplo simples: a situação s_1 sendo a de um vendedor em um mercado particular, seu princípio de racionalidade sendo obter o maior benefício líquido possível de sua venda; a meta-situação S_1 sendo a própria situação de mercado que estabelece entre outras coisas que a sobrevivência material de um indivíduo depende do sucesso de suas vendas. A meta-situação S_1 põe em foco a macro-lógica situacional, a situação de mercado, no interior da qual os atores, no caso nosso vendedor, formam propósitos e buscam informações de modo a realizá-los, e assim satisfazer a micro-lógica da situação s_1 . Outro exemplo poderia ser o seguinte. Observamos um indivíduo sistematicamente manter a família de sua irmã sem deixar nenhuma reserva para sua própria manutenção e a de sua família (s_2). Como avaliar a racionalidade de seu gesto? É necessário ampliar o foco para a macro-situação que revela a regra social segundo a qual vale a norma da reciprocidade generalizada, pela qual a sobrevivência do indivíduo é garantida pela sobrevivência do grupo, e que obriga o parente a sustentar a família de seu parente sem receber contrapartida direta (S_2).

Encapsulamos, assim, a “Economia” ($s_1; s_2...$) na “Sociologia” ($S_1; S_2...$), o mercado (S_1) e a reciprocidade generalizada (S_2) sendo duas instituições sociais distintas que regulam aspectos econômicos da vida social, sem ainda formarmos, contudo, um juízo sobre individualismo e holismo ontológicos, na medida em que nada afirmamos sobre o grau em que a meta-situação ($S_1; S_2...$) é na realidade resultado, direto ou indireto, da ação de outros indivíduos em outros tempos, ou até mesmo das ações desses indivíduos contemporaneamente. A próxima pergunta seria: como se formam e se modificam as instituições sociais em sociedades determinadas? Ou seja, esta pergunta incide sobre o que poderíamos chamar de meta-situação, o *super-S*.

A presença de efeitos de composição interpessoais e intertemporais, isto é, a “resiliência” do social – por efeito da interação entre indivíduos e pela passagem do tempo – se por um lado impede o tratamento individualista-reducionista da formação das instituições bem como da mudança institucional, por outro, não bloqueia a presença da vontade, do planejamento e da intenção nesse processo. É nesse espaço de indeterminação, ou, melhor, de *sub-determinação*, que se move o princípio de racionalidade popperiano, ou seja, no espaço da não absoluta determinação do “social” sobre as ações individuais e da não absoluta independência destas em relações às relações sociais. Metodologicamente, este espaço corresponderia a uma combinação individualismo-holismo, ou ao que se chamou em outro texto de “individualismo interativo”, para acentuar o

anti-reduccionismo proposto pela abordagem.¹⁴

5. Lógicas da Situação: Economia

Qual o princípio de racionalidade válido na Economia? Isto é, quando os economistas se debruçam sobre a atividade econômica de homens e mulheres que lógica eles “encontram” para esclarecer o comportamento destes?

É fácil perceber que na história do pensamento econômico moderno, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, prevalece a conjectura de que em sua atividade econômica no interior de uma economia de mercado – nesta situação específica –, o indivíduo se comporta como *homo oeconomicus*, um ser nesse aspecto principalmente egoísta e movido pelo desejo de enriquecer. Ou pelo menos é isto o que dele se espera, dada a lógica da situação. Embora muito se tenha reinterpretado, com toda justiça, diga-se de passagem, a contribuição de Smith como economista-filósofo moral,¹⁵ e se tenha qualificado sua descrição da natureza humana, é possível identificar na *Riqueza das Nações* a antropologia do homem que deseja melhorar sua condição material, ao passo que na *Teoria dos Sentimentos Morais*, a antropologia do homem que busca a aprovação de seus pares e que forma juízos morais sobre eles. O interesse material move o homem em uma economia de mercado e esta, por sua vez, emana da interação entre homens materialmente interessados. Recordando a famosa passagem que Smith relaciona a realização dos propósitos de diferentes agentes econômicos ao zelo com que perseguem seus interesses materiais, a benevolência é descartada como lógica situacional. O auto-interesse material é a lógica da situação em uma economia de mercado.

Essa visão de lógica situacional prevalece na economia política inglesa do século XIX e é celebrizada na expressão *homo oeconomicus*, cunhada por John Stuart Mill. Menos reconhecidamente, encontra-se também presente com extraordinária força na obra maior de John Neville Keynes, *The scope and method of political economy*, de 1890, já em plena Revolução Marginalista. Neville Keynes argumenta, com termos próprios, evidentemente, que a lógica situacional em uma economia de mercado é o comportamento coerente com a busca de riqueza e com o egoísmo material. De fato, Keynes inicia seu pequeno tratado com uma discussão sobre os dois sentidos de economia, como a regra de conduta individual de ajustar meios escassos a fins múltiplos e como a atividade humana de produção, acumulação e distribuição de riqueza. Sem mais detalhes, Keynes adverte que seu tratado considera esta última definição o verdadeiro escopo da economia científica. Talvez sem muito exagero se possa afirmar que essa situação perdura pelo menos até os anos 1930. Com a publicação, em 1932, do volume homólogo sobre a natureza e o significado da economia,

¹⁴ Refira-se à Kerstenetzky (2007).

¹⁵ Na literatura brasileira sobre o tema, refira-se, por exemplo, a Cerqueira (2004) e Kerstenetzky (2006).

Lionel Robbins torna-se responsável por uma importante inflexão nessa visão no interior da comunidade acadêmica em economia.

De fato, em contraste com Keynes, Robbins propõe que a análise econômica deva consistir em explicar as relações que emergem da existência de escassez de meios frente à multiplicidade dos fins, o primeiro sentido de economia descartado por Keynes. Qualquer atividade humana que envolva um “aspecto econômico” no sentido acima passa a constituir objeto de interesse da análise econômica. A economia é assim reinterpretada como ciência da escolha. Curiosamente, a hipótese de um *homo oeconomicus*, no sentido de Mill e de Keynes, torna-se muito restritiva, uma vez que a escolha agora não necessariamente é egoísta ou refere-se sequer ao acúmulo de bens materiais. A lógica da situação econômica define-se não mais pela busca coerente de enriquecimento material, algo compreensível no interior de uma economia de mercado, mas pela busca da satisfação máxima de preferências consistentemente ordenadas, o econômico sendo um predicado mais da *conduta* do que da atividade humana. O *homo oeconomicus* evolui para o *homo “consistentis”*. O modelo de comportamento econômico simplesmente relaciona preferências a restrições.

Aparentemente, portanto, a opção pela racionalidade econômica como consistência libera a mesma de acusações relativas ao excessivamente restritivo escopo motivacional do *homo oeconomicus*, isto é, o egoísmo material. Tal restrição, entretanto, pode ser vista, nesse caso, como uma vantagem metodológica do *homo oeconomicus* sobre o *homo consistentis*, uma vez que a correspondência da hipótese do *homo oeconomicus* com os fatos pode ser testada e mesmo falseada em situações particulares. Já a hipótese do *homo consistentis*, admitindo uma pluralidade de motivações, é de mais difícil falseamento: uma aparente irracionalidade (por exemplo, um afastamento do comportamento auto-interessado) pode ser racionalizada pela atribuição de qualquer outra motivação que torne o comportamento do agente coerente tendo em vista as exigências da consistência. Uma pessoa, por exemplo, é observada escolhendo destruir consistentemente seu patrimônio e suas fontes de geração de renda até o total empobrecimento, próprio e de sua família, observando preferências bem ordenadas – completas e transitivas – e é reconhecida como racional em vista de sua consistente decisão. Outro problema refere-se à defesa do conjunto de axiomas implicados na noção de consistência, como o de completude, que nega a possibilidade de incomensurabilidade ou mesmo de incomparabilidade entre as alternativas, e o de transitividade das preferências, ambos acossados por conhecidos paradoxos. Outros axiomas são agregados no âmbito da escolha sob incerteza, e igualmente envolvidos por paradoxos que capturaram até mesmo lógicos e estatísticos impecáveis.¹⁶

Uma leitura mais *leve* do princípio de racionalidade como escolha racional é, como se sabe, desenvolvida por Samuelson (1938) em sua discussão

¹⁶ Uma detalhada revisão da literatura pode ser encontrada em Schoemaker (1982).

sobre preferências reveladas. Concentrando-se no comportamento observado, Samuelson infere as preferências das escolhas observadas, e as considera racionais quando se revelam, por meio das escolhas, estáveis, isto é, consistentes ao longo do tempo. O critério de consistência torna-se assim menos heróico sem perder seu potencial heurístico para explicar, por exemplo, o formato da curva de demanda.

Mais recentemente, críticos como Sen (1985) observam que a consistência não é suficiente para definir racionalidade (como no caso do comportamento consistentemente contrário ao declarado objetivo do agente) e mesmo nem sequer necessária (Sen (1999), Lagueux (2004)), uma vez que, por exemplo, a noção de estabilidade intertemporal das preferências excluiria o aprendizado, o esquecimento, a criatividade, entre outras fontes possíveis de reversão das mesmas. Em conseqüência, Lagueux propõe a idéia mais abrangente de racionalidade como *flexibilidade*, Sen, a de racionalidade como *agir baseado em razões*. Notar, contudo, que estas alternativas não resolvem o problema de se definir um princípio de racionalidade *econômico*. Em resposta às críticas e a fim de caracterizar a especificidade da racionalidade econômica, Kirchgässner (2004) desenvolve um “modelão” de comportamento econômico no qual a situação econômica é definida, na linha de Robbins, como uma situação de escolha, envolvendo preferências e restrições, e onde a estabilidade das preferências é suposta obter apenas em um momento determinado do tempo, e não intertemporalmente como em Samuelson: na caracterização do comportamento econômico racional no âmbito do Modelo de Comportamento Econômico de Kirchgässner, a única exigência refere-se à *independência* entre preferências e restrições, tudo o mais sendo passível de flexibilização (em particular, o conteúdo das preferências e o conhecimento sobre as alternativas e sobre as conseqüências das ações).

A noção de racionalidade como *consistência* e a definição do comportamento econômico em termos de *escolha consistente*, como propõe o Modelo de Comportamento Econômico, consistiriam em uma aplicação do princípio da racionalidade que não utiliza a idéia de situação como *contexto histórico* (que referencia a atividade humana a uma lógica espaço-temporal particular), mas como *contexto genérico*, a-histórico, passível de reconhecimento em diferentes atividades humanas em diferentes pontos do tempo. A economia, como o estudo dos desdobramentos desse comportamento, pode contribuir, por assim dizer, *transversalmente*, para elucidar situações espaço-temporalmente específicas em que tal lógica não obstante se apresenta.

É possível conciliar os *contextos histórico* e *genérico* na busca de uma lógica situacional econômica, isto é, de uma interpretação econômica exclusiva do princípio da racionalidade? Será, por exemplo, o Modelo de Comportamento Econômico um bom candidato à lógica situacional econômica, geralmente adequado para lidar com problemas econômicos? Como vimos, a resposta a essa pergunta depende em princípio da definição de *econômico*, se como predicado de riqueza ou da relação entre meios e fins.

Começemos pela primeira definição. Se a economia estuda o modo de produção, distribuição e acumulação de riqueza, o Modelo de Comportamento Econômico pode parecer mais adequado para articular a lógica da situação do contexto histórico específico de uma economia de mercado do que de outras situações econômicas onde a instituição econômica do mercado esteja ausente ou tenha um papel social subordinado, e onde as escolhas individuais tenham um peso mais importante do que as normas sociais na conformação das relações econômicas particulares. E mesmo aqui, na explicação de uma economia de mercado, seria necessário avaliar em que medida o funcionamento deste *sistema* econômico específico pode ser completamente inferido do comportamento dos *hominis economici* individuais, em que medida, alternativamente, o funcionamento sistêmico não pode ser diretamente deduzido desse comportamento. Por exemplo, Lagueux sugere que há na economia clássica um princípio de racionalidade implícito, suposto dos agentes econômicos: os agentes clássicos não “agem de modo estúpido”. Capitalistas são atraídos por lucros mais elevados, trabalhadores por salários maiores, proprietários por rendas mais elevadas; de um modo geral o homem busca melhorar sua condição. Contudo, conjuntamente, esses agentes promovem um efeito de composição que redundando em coordenação de suas ações, mediada por uma miríade de instituições, por sua vez resultantes e condicionantes dessas mesmas ações. Portanto, na definição de economia como ciência da riqueza, o Modelo de Comportamento Econômico pode funcionar como lógica situacional se vier encapsulado na situação histórica da economia de mercado e, mesmo então, não necessariamente o funcionamento do *sistema* econômico pode ser deduzido do comportamento econômico (no sentido do Modelo de Comportamento Econômico) dos *agentes individuais* por conta de possíveis efeitos de composição, um deles, a famosa “mão invisível” smithiana.

Se considerarmos a segunda definição – a Economia como representação das consequências da escolha eficiente –, o Modelo de Comportamento Econômico, ao articular a lógica da situação econômica no sentido de ajuste de meios a fins, parece mais adequado do que, por exemplo, a versão de escolha racional convencional à Samuelson, por apresentar maior flexibilidade para lidar com paradoxos e problemas de conhecimento. Certamente, há dois limites importantes: um deles é dado pela radicalidade dos próprios problemas de conhecimento – isto é, quanto maior o grau de incerteza genuína envolvida na situação de escolha, tanto sobre as alternativas quanto sobre as consequências prováveis da escolha, menos atraente se apresenta o Modelo de Comportamento Econômico. Outro limite diz respeito às situações onde haja interação importante entre preferências e restrições, como no caso de preferências endogenamente formadas. Nesses casos-limite, é importante avaliar a relevância de lógicas alternativas, não do tipo Modelo de Comportamento Econômico. Ou seja, enquanto lógica de uma *situação genérica* – a situação de escolha eficiente –, o Modelo de Comportamento Econômico pode apresentar-se como *uma*, certamente não a única, das lógicas situacionais possíveis.

6. Duas Formas de Integração entre Economia e Sociologia

A teoria da escolha racional em sua forma mais avançada, como desenvolvida nos trabalhos de Gary Becker dos anos 1980 e 1990,¹⁷ foi formulada como uma verdadeira lógica situacional das ciências sociais, uma lógica econômica (no primeiro sentido de Neville Keynes – relação meios-fins) que explicaria o comportamento humano em uma gama extensa e virtualmente ilimitada de atividades sociais. É evidente que como pura lógica da ação, o modelo da teoria da escolha racional não é a única possibilidade – há outras lógicas da ação humana que não se enquadram na definição de Becker de ajustamento de meios a fins, por exemplo, a lógica de um certo tipo de amor dantesco, “um apetite que cresce com aquilo com que se sacia”, ou a própria lógica do conhecimento humano que cresce junto com a ignorância, ou ainda a razoável renúncia à decisão racional em situações difíceis, dilemáticas, cruciais ou complexas, que tornam a imitação, o seguir normas, até mesmo o lance de dados, lógicas muito mais atraentes e até mesmo “racionais”, no sentido de “não estúpidas”. Certo é que a teoria da escolha racional, em que pesem suas intenções originais, não serve como referencial de integração da Economia com a Sociologia porque deixa de fora outras lógicas situacionais que não podem ser expressas no léxico das preferências e das restrições.

Outra possibilidade de integração é a fornecida pela noção de lógica situacional que não apenas admite duas leituras de “situação” – a situação histórica e a situação genérica – como também admite a existência de uma pluralidade de lógicas situacionais, isto é, de princípios de racionalidade apropriados a diferentes contextos, mais ou menos genéricos. A teoria da escolha racional aparece apenas como um caso particular no interior de um conjunto mais geral de lógicas situacionais que nos permitem identificar racionalidade no agir humano em diferentes situações e com orientações diversas. A lógica situacional resguarda o pluralismo inerente à idéia de racionalidade humana, cara ao cientista social em seus esforços de compreender os fatos sociais recorrendo igualmente à racionalidade. Além disso, na interpretação sugerida neste artigo, a lógica situacional é compatível tanto com uma leitura individualista quanto com uma leitura quase-holista da ação social, ou, nos termos cunhados pelo autor deste texto, “individualista interativa”, como uma teoria da quase-ação das instituições sociais.

¹⁷ Para uma formulação sintética ver Becker (1993), sua “Nobel lecture”.

7. Conclusão

Esta conclusão articulará as principais idéias do artigo em termos de uma seqüência de perguntas e teses:

- (i) O que podemos conhecer? O conhecimento humano é falível e limitado a conjecturas; avança por meio da crítica incessante;
- (ii) O que podemos conhecer no mundo social? A limitação do conhecimento refere-se tanto ao mundo natural quanto ao social; a peculiaridade do conhecimento social é que só podemos conhecer o que *compreendemos*; a compreensão se faz pela caracterização da situação, da ação em seu interior e pela articulação da lógica da situação; o conhecimento social entrega o “princípio de racionalidade” da situação social; as instituições sociais provêm a lógica da situação;
- (iii) Como distinguir a economia da sociologia? A economia é um subconjunto (micro-lógica situacional) da explicação sociológica (macro-lógica situacional), uma situação com uma lógica social específica e instituições específicas;
- (iv) O que é o Modelo de Comportamento Econômico? Ele é adequado para explicar problemas econômicos? Ou seja, o Modelo de Comportamento Econômico é uma lógica adequada para a “situação” da explicação econômica? O Modelo de Comportamento Econômico explica a ação humana em termos de preferências e restrições; sua adequação à situação depende da definição de economia se como ciência da escolha consistente ou como ciência da riqueza; como ciência da escolha, o Modelo de Comportamento Econômico *pode* ser uma representação adequada da lógica da escolha desde que não haja problemas sérios de conhecimento (incerteza e complexidade) e de decisão (dilemas; desconhecimento das alternativas), e desde que haja independência entre preferências e restrições; como ciência da riqueza, o Modelo de Comportamento Econômico *pode* ser uma representação adequada do comportamento econômico quanto mais forte for o contexto histórico de uma economia de mercado, desde que presentes as condições para decisões racionais no sentido do modelo, porém mesmo nesse caso não há como garantir que o funcionamento sistêmico decorra do comportamento econômico dos indivíduos.
- (v) Integrando Economia e Sociologia: escolha racional ou lógica situacional? A lógica situacional é um princípio de racionalidade mais geral do que a escolha racional, mais sensível à pluralidade de contextos e mais adequado ao ponto de partida falibilista. Por todos estes motivos, é também um princípio menos preciso e determinado. A teoria da escolha racional revela-se um caso especial – na realidade, *muito* especial – do conceito abrangente de lógica situacional.

Referências bibliográficas

- Becker, G. (1993). Nobel lecture: The economic ways of looking at behaviour. *Journal of Political Economy*, 101:385–409.
- Caldwell, B. (1991). Clarifying Popper. *Journal of Economic Literature*, 29:1–33.
- Caldwell, B. (1998). Situational analysis. In Davis, J., Hands, W., & Mäki, U., editors, *The Handbook of Economic Methodology*. Edward Elgar, Cheltenham.
- Caldwell, B. (2004). *Hayek's Challenge – An Intellectual Biography of F. A. Hayek*. The University of Chicago Press, Chicago.
- Hacohen, M. (2002). *Karl Popper – The Formative Years, 1902-1945*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Hands, W. (1985). Karl Popper and economic methodology: A new look. *Economics and Philosophy*, 1(1):83–99.
- Hands, W. (1991). Popper, the rationality principle and economic explanation. In Shaw, G. K., editor, *Economics, Culture and Explanation: Essays in Honour of Mark Blaug*, pages 108–119. Elgar, Aldershot.
- Hands, W. (1992). Falsification, situational analysis and scientific research programs: The Popperian tradition in economic methodology. In Marchi, N. D., editor, *Post-Popperian Methodology of Economics: Recovering Practice*, pages 19–53. Kluwer, Boston.
- Jarvie, I. C. (1964). *The Revolution in Anthropology*. Humanities Press.
- Kerstenetzky, C. L. (2000). Hayek: The evolutionary and the evolutionist. *Rationality and Society*, 12(2):163–184.
- Kerstenetzky, C. L. (2004). Ignorância e intervenção em Hayek e Popper. *Revista de Economia Política*, 24(3):95.
- Kerstenetzky, C. L. (2006). Os sentimentos morais da riqueza das nações – Progresso e pobreza na economia política clássica. *Revista EconomiA da ANPEC*, 7(3).
- Kerstenetzky, C. L. (2007). Individualismo interativo – Um ensaio sobre o individualismo metodológico em Hayek. *Revista Estudos Econômicos*.
- Keynes, J. N. & Neville Keynes, J. (1955). *The Scope and Method of Political Economy*. Kelley & Millman, Inc., New York. [1935].
- Kirchgässner, G. (2004). The weak rationality principle. Discussion Paper 13, Universität St. Gallen, Switzerland.
- Lagueux, M. (2004). The forgotten role of the rationality principle in economics. *Journal of Economic Methodology*, 11(1):3–51.
- Lagueux, M. (2006). Popper and the rationality principle. In Jarvie, I., Milford, K., & Miller, D., editors, *Karl Popper: A Centenary Assessment*. Ashgate Publishing Ltd., Aldershot. Volume III.
- Martin, M. (2000). *Verstehen: The Uses of Understanding in Social Sciences*. NJ Transaction Publishers, New Brunswick.
- Popper, K. (1971). *The Open Society and its Enemies*. Princeton University Press, Princeton. [1945].
- Popper, K. (1972). *As Origens do Conhecimento e da Ignorância*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília. [1960].
- Popper, K. (1978). *A Lógica Das Ciências Sociais*. Editora da UnB, Brasília.
- Popper, K. (1985). The rationality principle. In Miller, D., editor, *Popper Selections*. Princeton University Press, Princeton. [1967].

- Robbins, L. (1932). The nature of economic generalizations. In *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, chapter IV. Macmillan, London.
- Samuelson, P. (1938). A note on the pure theory of consumer's behaviour. *Economica*, 5.
- Schoemaker, P. (1982). The expected utility model: Its variants, purposes, evidence and limitations. *Journal of Economic Literature*, XX:529–563.
- Sen, A. (1985). Rationality and uncertainty. *Theory and Decision*, 18:109–127.
- Sen, A. (1999). *Sobre Ética e Economia*. Companhia das Letras, São Paulo.